11.setembro.2025 – 14H00

Relatório da audição de Peticionários – Petição n.º 152/XVI/1.ª – *Pela urgente valorização da Carreira Docente*

1.º Peticionário: FENPROF – Federação Nacional dos Professores

Recebidos por: Deputados José de Carvalho (CH, relator da petição) e outros, identificados na página da audição

Assunto: Petição n.º 152/XVI/1.ª – *Pela urgente valorização da Carreira Docente*

Exposição: O Senhor Deputado José de Carvalho (CH), que presidiu à audição, como Deputado relator da petição, cumprimentou os peticionários presentes e lembrou os termos em que a mesma decorreria, nomeadamente no que respeita aos tempos das várias intervenções.

Os peticionários referiram o seguinte, em resumo:

1. A petição apresentada trata da urgente valorização da carreira docente, sublinhando a necessidade de atrair e reter professores;
2. No início do ano letivo existiam mais de 1.300 horários por preencher, correspondendo a 23.580 horas;
3. Dois terços dos professores do quadro tinham mais de 50 anos e 94,4% tinham mais de 40 anos, prevendo-se 3.500 a 4.000 aposentadorias anuais;
4. O número de novos docentes contratados (1.000-1.500) é insuficiente para repor as saídas;
5. A escassez de professores afetava principalmente Lisboa, Setúbal, Santarém, Leiria, Beja e Faro;
6. Criticaram o argumento do Governo sobre a existência de 20 mil professores disponíveis, esclarecendo que apenas 14 mil estavam aptos e nos grupos e regiões corretos;

7. Mais de 6.000 turmas e 100 mil alunos começaram o ano sem professor em pelo menos uma disciplina;
8. O processo de revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD) foi adiado em legislaturas anteriores, sendo necessário negociar no âmbito da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP);
9. Denunciaram falhas na negociação recente, como ausência de envio prévio de documentos e dificuldades de acesso a apresentações durante as reuniões;
10. Defenderam a valorização da estrutura da carreira, com ênfase na valorização indiciária dos primeiros escalões para atrair jovens docentes;
11. Apontaram problemas relacionados com horários ilegais e excessivos, avaliação de desempenho limitada por cotas e falta de condições de trabalho adequadas;
12. Por fim, argumentaram que o problema não poderia ser resolvido com soluções provisórias, sendo urgente proceder à revisão e valorização em alta do ECD.

Intervieram depois os Senhores Deputados Inês Barrosos (PSD), Rui Cardoso (CH), Aida Carvalho (PS), Angélique Da Teresa (IL), Filipa Pinto (L) e Paula Santos (PCP) que se pronunciaram sobre a matéria e colocaram perguntas.

Na sequência das questões colocadas pelos Senhores Deputados, os peticionários indicaram o seguinte:

1. Destacaram que existe um problema estrutural de falta de professores, que se agravará nos próximos 25 anos com a saída de cerca de 100 mil docentes, enquanto as entradas não são suficientes para colmatar o défice;
2. Defenderam que a solução passa pela valorização da carreira docente, incluindo melhores condições, atratividade e retenção de professores;
3. Criticaram a abordagem do Governo baseada em horas extraordinárias e redistribuição de alunos como soluções temporárias, que não resolvem o problema estrutural;
4. Reforçaram que nos últimos 15-20 anos houve saída de professores qualificados, sobretudo no sul do país, devido à falta de condições e à baixa atratividade da profissão;

5. Esclareceram que as reservas de recrutamento não resolvem a escassez, pois muitos professores disponíveis não correspondem às necessidades regionais ou áreas de especialização;
6. Alertaram para o impacto negativo da falta de professores nos processos de aprendizagem, que se agrava ainda mais quando se recorre apenas a medidas provisórias;
7. Recordaram que a FENPROF é composta maioritariamente por docentes em exercício nas escolas, o que reforça a legitimidade das suas intervenções e propostas;
8. Consideraram preocupante o Decreto-Lei n.º 99/2025, de 28 de agosto, que atribui a uma agência externa competências sobre concursos, gestão da carreira e avaliação de desempenho, o que pode configurar usurpação de competências do Governo;
9. Defenderam que a Assembleia da República, enquanto órgão de soberania, tem um papel relevante na apreciação da valorização da carreira docente;
10. Reforçaram a necessidade de negociar a revisão do ECD, garantindo que cumpra as normas da LTFP.
11. Sublinharam que soluções estruturais são fundamentais para atrair jovens docentes, cobrir aposentadorias e assegurar a qualidade da educação;

A gravação e a apresentação feita estão disponíveis na página da audição, constituindo parte integrante deste relatório, o que dispensa maiores desenvolvimentos nesta sede.

Palácio de São Bento, 11 de setembro de 2025.

A assessora
Ana Montanha